

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA SISTÊMICA: OS IMPACTOS DA
VIOLENCIA NO DESENVOLVIMENTO.**

REGIONAL DEVELOPMENT IN SYSTEMIC PERSPECTIVE: THE IMPACT OF VIOLENCE

Sessão temática: Desenvolvimento Local e Regional

ANDRADE, Leonardo (Uni-FACEF).
Mestrando em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF).
leo.hca@gmail.com

BRAGA FILHO, Hélio (Uni-FACEF).
Doutor em Serviço Social (UNESP).
hgp@com4.com.br

POUSA, Jonatan (Uni-FACEF).
Mestre em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF).
jonatan.pousa@magazineluiza.com.br

Resumo

O presente artigo trata-se de uma investigação sobre como as teorias de desenvolvimento regional tem abordado o fenômeno social da violência. Atualmente este fenômeno tem sido responsável por grandes custos sociais ligados ao tratamento de suas consequências, minando a força de investimento do Estado em áreas estratégicas e impactando diretamente no chamado Capital Social. Esse fenômeno, assim como o sistema social, apresenta-se com certa complexidade e exige novas abordagens investigativas. Em nossas análises, concluímos que, conforme o planejamento público voltado para o desenvolvimento não considera as inter-relações sistêmica, fenômenos como a violência acabam ficando de fora das ações públicas, diminuindo a capacidade local/regional de desenvolver-se.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Violência Social, Teoria Sistêmica.

Abstract

This article it is an investigation into how the regional development theory has addressed the social phenomenon of violence. Currently this phenomenon has been responsible for major social costs associated with the treatment of its consequences, undermining the state's investment strength in strategic areas and impacting directly on called Social Capital. This phenomenon, as well as the social system, is presented with a certain complexity and requires new investigative approaches. In our analysis, we concluded that, as the public planning focused on the development does not consider the systemic interrelationships, phenomena such as violence end up getting out of public actions, reducing the local / regional capacity to develop.

Keywords: Regional Development, Social Violence, Systemic Theory.

1. INTRODUÇÃO

A violência social tem sido um dos grandes problemas da sociedade na atualidade,

sendo ela responsável por grandes custos sociais relacionados ao tratamento de suas consequências que, podem se manifestar tanto no aumento da mortalidade, como na morbidade, gerando despesas que, via de regra, são custeadas pelo Estado, diminuindo sua capacidade de investir em áreas estratégicas que poderiam melhorar o nível de desenvolvimento social. Dessa maneira o objetivo deste artigo é investigar, em perspectiva sistêmica, através de uma pesquisa exploratória com base em referenciais teóricos, os motivos e as consequências da violência no Desenvolvimento Regional.

Na perspectiva do Desenvolvimento Regional, seu sucesso tem se atribuído, muitas vezes, às condições endógenas. Porém promover estas questões na sociedade não tem sido tarefa fácil para os planejadores públicos que, conforme são organizados estruturalmente, acabam por não entender como desencadear condições necessárias para promover essas condições em suas localidades/regiões.

Conforme podemos constatar nas Instituições Públicas, a organização, o planejamento e a execução das atividades relacionadas ao desenvolvimento, são realizadas por setores independentes e especializados. Essa maneira de organizar as Políticas Públicas deixam lacunas abertas, pois deixa-se de lado as inter-relações de cada uma das áreas do planejamento público – educação, saúde, infraestrutura, trabalho, etc – às quais, em conjunto poderiam promover melhores condições sociais.

Esta deficiência refletida nas instituições públicas, em certa medida decorre da fragmentação científica, decorrida do paradigma cartesiano. Em função dessa fragmentação, o planejamento de ações governamentais visando gerar condições de desenvolvimento, acaba por não contemplar as interconexões dos subsistemas sociais e, com isso, as ações de promoção de melhores condições sociais como, educação e saúde – por exemplo – não são concatenadas de maneira que possam promover potencialidades endógenas necessárias para o desenvolvimento social e econômico.

Desse fato decorre também, que a análise dos fenômenos sociais inerentes ao desenvolvimento da sociedade, carregam este mesmo viés investigativo. Essa maneira de ver os fatos sociais isolados, de certa maneira, colabora para que as ações tomadas para resolução de possíveis problemas, venham a posteriori, agindo na consequência e não na causa. A complexidade dos fenômenos sociais, exige que investiguemos o todo e suas interconexões, para que a partir daí, possamos compreender as causas e atuar na raiz dos recorrentes problemas sociais enfrentados na atualidade, como por exemplo, a violência.

As teorias sistêmicas, buscam uma nova abordagem para a compreensão dos fatos sociais, investigando as interconexões do todo e, podem contribuir com visões que possam desvendar caminhos para elucidar os problemas de nossa época, ajudando a compreender os mecanismos de desenvolvimento em todos os níveis (subsistemas) da sociedade.

O artigo está estruturado em três seções, sendo a primeira voltada para a teoria dos Sistemas Sociais, abordando as características desse método de investigação científica, a segunda referente às teorias de Desenvolvimento Regional, abordando conceitos teóricos voltados para a promoção de condições sociais necessárias para que possa ocorrer desenvolvimento, a terceira e última, explorando o fenômeno social da violência, abordando conceitos teóricos relacionados às suas causas e consequências.

1. SISTEMAS SOCIAIS

A teoria sistêmica aborda uma nova maneira de encarar a pesquisa científica, assim como uma maneira pela qual buscamos resolver os problemas. Nos primeiros estágios de

desenvolvimento da Academia havia uma necessidade de especialização, para fundamentar as áreas do conhecimento, criando condições para que estas pudessem se desenvolver. Porém, com o avanço da sociedade e o conseqüente aumentando de sua complexidade, surge a necessidade de novas maneiras de investigação, buscando compreender fenômenos cada vez mais complexos.

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes. [...] A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra fria. (CAPRA, 2006, p. 23).

Essa nova maneira de observar a realidade, nos propõem enxergar além das relações cartesianas, às quais nos acostumamos, vendo o processo social como uma máquina, com suas engrenagens e partes que podem ser substituídas. Segundo Capra (2006, p. 46)

Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. Suas propriedades essenciais, ou "sistêmicas", são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das "relações de organização" das partes – isto é, de uma configuração de relações ordenadas que é característica dessa determinada classe de organismos ou sistemas. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em elementos isolados.

Expressando a complexidade do sistema social e, de seus fenômenos, que segundo esta característica sistêmica, estão interligados. Ora, basta refletirmos nos colocando como referencia observando os subsistemas nos quais interagimos socialmente e, logo perceberemos que recebemos influências cruzadas. A exemplo disso, se analisarmos nosso comportamento econômico encontraremos elementos e valores, dos subsistemas família e religião, entre outros, por exemplo. Segundo Morin (2003, p. 14),

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade.

Ora, como observadores da realidade, podemos constatar esses elementos de complexidade em nossas relações sociais, podemos ver claramente em nossas próprias ações as interferências da vida econômica na vida social, assim como, nos demais subsistemas sociais, e suas relações de interconexão.

Segundo Luhmann a complexidade é um "conceito de observação e descrição" sendo que "algo é complexo, quando, no mínimo, envolve mais de uma circunstância." (apud NEVES; NEVES, 2006, p. 191-195). Para resolver este problema, Luhmann indica a Teoria Sistêmica, como capaz, de reduzir a complexidade social, possibilitando análises que possam contribuir para o entendimento de seus fenômenos (Ibid.).

The operation of social communication produces the unity of the social system by recursively referring back or forward to other social communication, creating a distinction between system and environment. It

distinguishes itself by the execution of the observation, which must distinguish this communication from others or the environment from systems that are reproduced through this operation. The observation must and can choose distinctions, and it can be observed with regard to the distinctions that it chooses or avoids choosing. This is the source of relativism. All observations remain independent of distinctions whereby the distinction cannot be observed while in use. (LUHMANN, 1998, p. 18)

Nesse sentido, para resolver o problema da complexidade, se faz necessário fazer uma distinção para que se possa criar condições de avaliação científica, determinando o ponto de vista pelo qual o fenômeno será analisado e caracterizando quais serão os subsistemas avaliados. Essa diferenciação carrega, em si, os valores do observador/pesquisador os quais estarão compondo as análises do fenômeno em estudo e, servirá para que outros observadores/pesquisadores possam conhecer os critérios utilizados na análise.

Observers must be observed with a view to which distinction they use and which side of their distinctions they mark, in order to fix other distinctions on one side (as opposed to the other side). What is construed as reality is in the final analysis guaranteed by the observability of observations. This is a powerful guaranty. [...] The specific modernity of this observation of the second order is inherent only in that it no longer relies on a collective world and is no longer ontologically predisposed, but also, if not primarily, in that it examines the question of what an observer can and cannot see with his distinctions. We find ourselves in the land of motive and suspicion, the novel, the critique of ideology, psychotherapy. (LUHMANN, 1998, p. 19)

Dada a complexidade do mundo moderno¹, a velocidade em que os fatos ocorrem, novas abordagens começam a ser necessárias, principalmente para tentar explicar fenômenos que ainda persistem em nossa sociedade. Nesse sentido a metodologia de investigação sistêmica busca analisar efeitos das estruturas sociais no comportamento do indivíduo, assim como o comportamento individual também refletirá nessas estruturas.

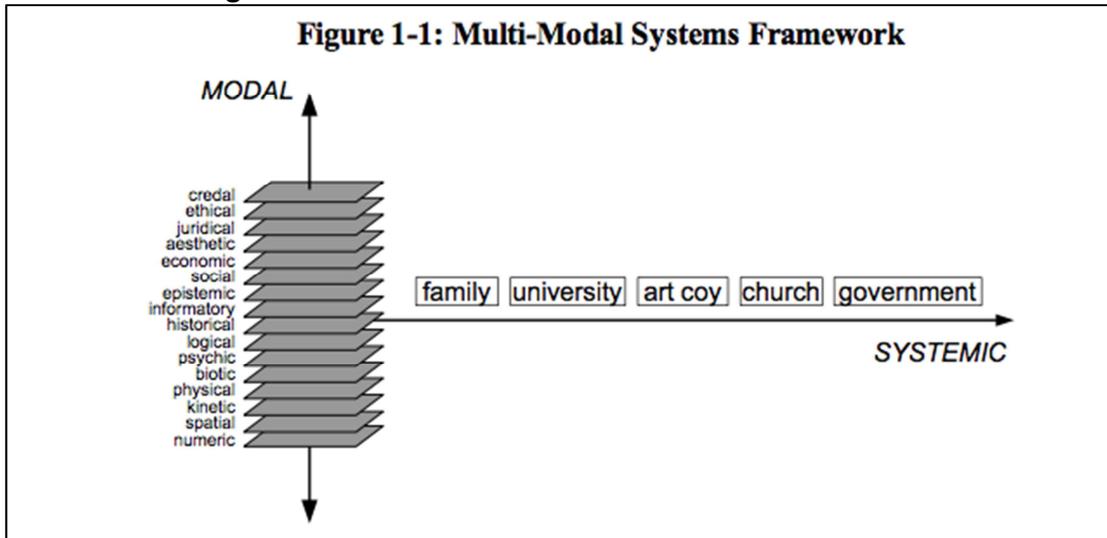
Segundo Luhman a “a sociedade moderna se ordena pelo jogo incongruente de sistemas sociais e, logo, pode ser descrita por uma teoria social que se apresente como teoria de sistemas.” (apud BACHUR, 2010, p. 31). Considera ele que, o sistema social assim como um organismo vivo se desenvolve por um processo denominado autopoiesis. Segundo ele, “autopoiesis significa: reprodução a partir dos próprios produtos; Reprodução significa assim não simplesmente: repetição da produção do mesmo, mas produção reflexiva, produção a partir dos produtos.” (Ibid. p. 103).

Produtos esses, referentes à nossa história como sociedade e aos mecanismos de nosso desenvolvimento, criados em nossas relações institucionais como a família, a religião, a vida social, o sistema educacional, o trabalho, entre outras instituições sociais que podem ser estabelecidas, como os exemplos dos subsistemas esporte e a arte.

Na teoria sistêmica multi-modal Raadt e Raadt (2014) usa a metodologia de observação da realidade considerando eixos de interação sistêmica. Para eles, a sociedade deve ser estudada pelos níveis modais de uma matriz sistêmica, representada pela figura abaixo.

¹ Luhmann (1998) define a modernidade como a realização da individualidade e procura por uma autenticidade que pode ser proporcionada por esta fundação. Para ele a sociedade moderna pode ser descrita como “society of risk” ou “information society”.

Figura 1: Estrutura de análise Sistêmica Multi-Modal



Fonte: Retirado de Raadt e Raadt, 2014, p. 19

Essa maneira de ver a sociedade se faz necessária, para que se possa estabelecer conexões de segunda ordem, representadas pelo eixo vertical da figura. Para Raadt, J. (in RAADT; RAADT, 2014) essa perspectiva tem sido negligenciada e necessita de esforços para que se possa compreender esse eixo de inter-relações.

In researching the modal orders in this vertical dimension, I think we also follow von Bertalanffy's view of order as a multilayered affair, or as he describes it, as a Neapolitan ice-cream with many layers: ice-cream, cream, fruits, vanilla and so on. Each one of these, according to him, reflects a unique level of order in the universe which cannot be reduced to other orders. One cannot, for example, reduce biological phenomena to physical, or social phenomena to psychological. (RAADT; RAADT, 2014, p. 20)

A vida humana não pode ser fatiada em momentos econômicos, sociais, religiosos, profissionais, educacionais, entre outros aspectos, que somados desenharam a vida do ser humano em sociedade. Esses aspectos exercem influências uns nos outros e, a soma dos valores contidos em cada subsistema constituem os valores que darão forma e vazão à maneira de agir do indivíduo perante a sociedade.

Ora, abstraído-se do caminho pelo qual cada uma das áreas do conhecimento se desenvolveu, o objetivo das ciências sempre foi compreender o mundo em que vivemos. Cada uma sob seu ponto de vista, os corpos de conhecimento constituíram as parcelas do conhecimento humano, buscando desvendar fenômenos relativos à ação humana.

Os corpos de conhecimento dessas matérias têm muito em comum, sendo preocupação de todas elas o mundo feito pelos humanos, aquele que só existe em decorrência de nossas ações. [...] Todavia, esse modo de justificar as fronteiras entre as disciplinas torna-se problemático, pois assumimos que o mundo humano reflete divisões tão precisas que demandam ramos especializados de investigação. (BAUMAN, 2010, p. 13-14)

Urge, nesse momento histórico de nossa sociedade, onde com os avanços da tecnologia computacional, com a quebra de barreiras espaciais colocando o globo como um todo em contato, uma nova abordagem na busca dos novos desafios sociais. Dessa

maneira, as Teorias Sistêmicas podem contribuir muito com o avanço de nosso conhecimento.

2. Desenvolvimento Regional

A história do desenvolvimento das sociedades, perpassa pelas revoluções industriais e burguesas, de onde muito dos conceitos e teorias científicas, voltadas para o desenvolvimento da sociedade tiveram seu início. Neste princípio, buscava-se entender os mecanismos de desenvolvimento da sociedade, partindo das mudanças sociais proporcionadas pela industrialização. Acreditava-se que o homem, tinha em sua natureza uma forte propensão para o comércio – troca de mercadorias – (SMITH, 2011) .

Esses fundamentos e pressupostos serviram de base fundamental para a criação de muitos conceitos teóricos, imputando na sociedade tais características e, formando o pano de fundo das teorias que guiaram o progresso da sociedade ocidental. Essa maneira de ver a sociedade impactou diretamente nas condições de seu desenvolvimento guiando políticas públicas que caracterizam-se:

por ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos e de questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou o “como devemos viver”. Considera que os fins são dados muito diretamente, e o objetivo do exercício é encontrar os meios apropriados de atingi-los. O comportamento humano nessa abordagem baseia-se tipicamente em motivos simples e facilmente caracterizáveis. (SEN, 1999, p. 20)

A esse respeito, Amartya Sen, nos indica que as teorias do desenvolvimento, em tempos remotos, anteriores à sociedade industrial, tinham como finalidade, a melhoria das condições de vida. Buscavam em primeiro lugar o “bem” para a sociedade como um todo e, acreditavam que o maior objetivo das ações em sociedade, era a distribuição igualitária dos produtos sociais – educação, saúde, alimentação, lazer – e que, isso traria melhores condições para a sociedade se desenvolver (ARISTOTELES Apud SEN, 1999; ARISTOTELES, 1991).

Ora, [...] a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o Estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um único indivíduo só, é mais belo e mais divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados. (ARISTÓTELES, 1991. p.9-10)

Sentido de desenvolvimento esse, que deve abranger uma ampla gama de condições sociais – saúde, educação, trabalho, moradia, etc – inerentes da vida do ser humano. Ora, se quisermos considerar uma sociedade como desenvolvida devemos, partindo destes princípios, averiguar esses diversos elementos que compõem a vida em sociedade. Segundo Amartya Sen,

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2010, p. 16-17)

Como podemos perceber, essa concepção de desenvolvimento está diretamente ligada às capacidades individuais e coletivas, considerando o homem como o principal responsável por promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da sociedade. Nesse sentido, acreditamos que esse conceito de desenvolvimento está diretamente ligado ao conceito de Capital Social, que segundo Kliksberg “se apoia no desenvolvimento cultural da sociedade. Sem um “terreno cultural” cultivado de modo sistemático, a confiança, a associatividade, o civismo e os valores éticos não teriam como florescer” (KLIKSBERG in SEN & KLIKSBERG, 2010, p. 308).

A boa regra da reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio social. Nas comunidades em que as pessoas acreditam que a confiança será retribuída, sem que dela venham a abusar, existe maior probabilidade de haver intercâmbio. Por outro lado, o intercâmbio contínuo ao longo do tempo costuma incentivar o estabelecimento de uma regra de reciprocidade generalizada. (KEOHANE apud PUTNAM, 2002, p. 182)

Esse fator associativo, como dito, traz muita vantagens para a comunidade, uma vez que cria-se uma rede de bons relacionamentos que impulsionam o desenvolvimento, tanto individual, como coletivo. Um bom exemplo disto é exemplificado na parábola de David Hume à qual Putnam recorre para conceituar esta forma de capital.

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente, me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas com a mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME apud PUTNAM, 2002, p. 173)

Um dos principais pontos dessa teoria está na confiança que os indivíduos tem mutuamente (PUTNAM, 2002; SEN & KLIKSBERG, 2010), algo que proporcionaria, uma vantagem locacional diminuindo a necessidade de investimento da comunidade, uma vez que seus membros compartilhariam seus recursos financeiros e tecnológicos, podendo assim, com maior eficácia, gerar os produtos sociais necessários para o desenvolvimento da comunidade.

O capital social foi incorporado como o quinto fator de produção junto aos três fatores tradicionais, terra, trabalho e capital físico (ferramentas e tecnologia), somados ao capital humano (educação e saúde). Para os divulgadores deste conceito, os fatores econômicos não vão muito longe se as pessoas não são capazes de compartilhar seus recursos e destrezas num espírito de cooperação e compromisso com objetivos comuns. (HIGGINS, 2005, p. 23)

Essa perspectiva do desenvolvimento, coloca as questões locais e regionais em primeiro plano, partindo do pressuposto que o desenvolvimento ocorre primeiramente nas localidades para logo após ser agregado às questões regionais e globais. É certo que, assim como todo o processo que gera desenvolvimento pode ser atribuído ao desempenho do estado, esse mesmo processo se realiza nas menores células da sociedade, sendo elas, subsequentemente o desenvolvimento do indivíduo, o desenvolvimento da família, o desenvolvimento das empresas, o desenvolvimento das localidades e, assim por diante.

[...] poderíamos dizer que o processo de desenvolvimento recente, em que reina absoluto o modo de produção capitalista, aparece como uma imensa

coleção de processos de desenvolvimentos, tendo o desenvolvimento local como sua forma elementar. Ou, dito de outra forma, o desenvolvimento local é a aparência singular, elementar e individualizada da complexa trama/rede de determinações e relações que organizam e dinamizam o desenvolvimento contemporâneo globalizado. (BECKER in BERCKER & WITTMAN, 2008, p.108)

Partindo desses pressupostos, entendemos que a promoção do desenvolvimento, em última instância, se dá pela capacidade que, a própria comunidade tem de desenvolver mecanismos para autodesenvolverem-se. Nos remetendo à lógica autopiética do desenvolvimento proposto pela teoria sistêmica², ou seja, o desenvolvimento em nível regional se dá por suas características endógenas.

[...] devemos entender o desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é originada de dentro para fora e por iniciativa própria desses sujeitos (inovadores tecnológicos e criadores ideológicos) coletivos regionais, manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional sofre a partir de alterações endógenas. (BECKER in BERCKER & WITTMAN, 2008, p.62)

Diante do que foi argumentado até aqui, podemos perceber que, tanto a teoria sobre o desenvolvimento regional como a teoria sistêmica, nos apontam para uma investigação no nível do indivíduo, buscando entender as inter-relações e interconexões dos subsistemas sociais que possam promover a capacidade da comunidade interagir no sentido de buscar os melhores caminhos para seu próprio desenvolvimento. Essas relações vão ganhando forças à medida que a associação coletiva aumenta, proporcionando melhores condições de desenvolvimento endógeno.

3. Violência Social

A violência social tem sido um dos recorrentes problemas sociais encontrados praticamente em todas as civilizações. Atualmente esse fenômeno social, que assim como a sociedade, apresenta características complexas e multifacetadas (WHO, 2002; MINAYO, 1994; TURECK, 1999) e, com isso tem sido um dos grandes entraves para a promoção de melhores condições de vida, principalmente na populações menos favorecidas economicamente.

Segundo Minayo (1994, p. 7) “Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente”, sendo este, um dos mais intrincados problemas da sociedade em que vivemos.

A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. [...] Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. [...] Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual. (MINAYO, 1994, p. 7)

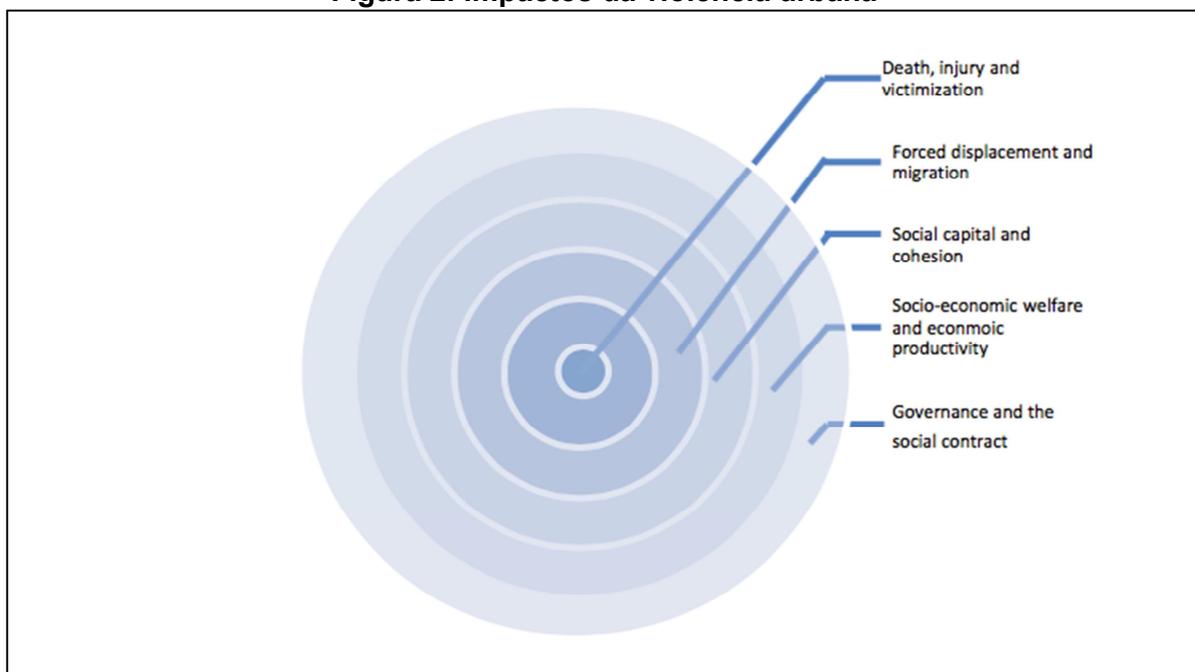
Na atualidade a violência tem preocupado instituições sociais, ao ponto de Organização Mundial de Saúde, colocar esse fenômeno como prioridade na área de Saúde

² Reprodução e desenvolvimento a partir dos próprios produtos, criando novas condições de desenvolvimento. (LUHMANN apud BACHUR 2010)

Pública. No Brasil, como na América Latina, a violência tem apresentado taxas para grupo de 100 mil habitantes consideradas epidêmicas pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que considera um nível mínimo aceitável a taxa abaixo de 5 mortes para cada 100 mil habitantes.

Esse fenômeno social, se apresenta mais perverso ainda, quando observado os impactos que causa na sociedade, minando a capacidade de desenvolvimento, que comentamos anteriormente, relacionada ao Capital Social. Assim como em outras esferas da vida social, a violência causa impactos sistêmicos na população, conforme representação gráfica abaixo.

Figura 2: Impactos da violência urbana



Fonte: Retirado de Muggah 2012

Esses impactos vão desde o nível individual, familiar até os níveis comunitários e políticos, criando uma condição perversa para o desenvolvimento, que é o medo e a desconfiança generalizada. Esses aspectos diminuem a capacidade associativa da comunidade, trazendo prejuízos para seu processo de desenvolvimento.

The indirect effects of violence permeate into the social fabric of families and entire societies. Indeed, urban violence can negatively affect interpersonal trust and mutual expectations that are so critical for sustaining predictable and rule-based transactions. It can also erode the willingness of disparate urban populations to bridge divides, build networks of self-help and reciprocity, or to form associations devoted to positive social change. (MUGGAH, 2012, p. 33)

Além destes impactos causados no Capital Social, os problemas gerados pela violência tendem a diminuir a capacidade do Estado de investir recursos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento, como por exemplo a educação. Ocorre que os custos gerados para tratamento de vítimas não fatais, assim como para o tratamento de familiares

das vítimas fatais, consomem recursos que poderiam ser destinados à promoção social.

a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países" (...) "O setor saúde constitui a encruzilhada para onde confluem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social. (OPAS, apud MINAYO, 1994)

Custos sociais estes que poderiam ser mitigados por investimentos sociais em educação, geração de empregos formais, entre outros serviços sociais que poderiam diminuir a pressão social que tem gerado esse tipo de comportamento. Algumas pesquisas pelo mundo tem apontado a diferença social como um fator preponderante, na gênese deste fenômeno social.

Este fenômeno parece refletir o aprofundamento ou a intensificação da violência estrutural. Concretamente, esta forma de violência no país tem como determinantes o crescimento da desigualdade sócio-econômica e os baixos salários e renda familiar para a maioria da população associados à inflação e, conseqüentemente, à perda do poder aquisitivo (Sabóia, 1991). Esta forma de violência se faz acompanhar da descrença e do afastamento da população em relação às instituições sociais, que não realizam as funções às quais se destinam e, quando o fazem, atuam de modo violento, discriminatório; da ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população, na conjuntura atual, em relação às áreas de assistência, educação, saúde, moradia e segurança; da priorização do desenvolvimento econômico (frustrado na década) e endividamento externo, em detrimento do desenvolvimento social e às custas do sacrifício da população em geral, mas, sobretudo, com maior ônus para os pobres; do intenso apelo ao consumo, conflitando com o empobrecimento do país. (MINAYO & SOUZA, 1993)

Outro aspecto presente nas pesquisas sobre o fenômeno da violência, tem sido a sua maior propensão de ocorrer entre os indivíduos menos favorecidos economicamente, pois estes estão mais expostos aos problemas do desenvolvimento desequilibrado e desordenado. Nesse sentido, uma questão que nos salta aos olhos, está relacionada à cultura de consumo da sociedade contemporânea, onde cada vez mais somos condicionados a ter como objetivos de vida, o consumo (BAUMAN, 2008).

Essa maneira de se relacionar em sociedade tem causado pressões sociais, principalmente na camada mais pobre da população que, com isso, fica mais exposta à estas questões. Sendo o consumo nosso objetivo maior, quando não encontra-se condições necessárias para atender à essa necessidade, tende-se a buscar caminhos alternativos.

Para tornar as perspectivas ainda mais sombrias, a crescente incidência de condutas classificadas como criminosas não é obstáculo no caminho de uma sociedade consumista plenamente desenvolvida e totalmente abrangente. É, ao contrário, sua acompanhante e pré-requisito natural, talvez até indispensável. Isso por uma série de razões, mas é possível que a principal delas seja o fato de que os que ficaram fora do jogo (os consumidores falhos, cujos recursos não estão à altura de seus desejos e que, portanto, têm pouca ou nenhuma chance de ganhar se jogarem pelas regras oficiais) são as encarnações vivas dos "demônios interiores" específicos da vida de consumo. (BAUMAN, 2008, p. 168)

De onde depreende-se que, paradoxalmente, este fenômeno social está ligado as condições de desenvolvimento social, assim como diminui a capacidade da sociedade se desenvolver. Se tornando dessa maneira, um fenômeno capaz de mensurar as condições de desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que reflete insuficiências nos subsistemas sociais como: educação, trabalho, família, econômico e infraestrutura social.

4. CONCLUSÕES

Diante do que foi argumentado pelas teorias expostas, entendemos que a promoção do Desenvolvimento não pode ser alcançada com questões pontuais como: a infraestrutura de industrial ou, a disponibilidade de capital financeiro ou de capital humano, entre outros fatores isolados. Em perspectiva Regional, os casos de sucesso tem sido atrelados à condições endógenas inerentes à localidade/região. Condições estas diretamente ligadas às capacidades individuais e sociais adquiridas pelos subsistemas sociais que formarão o pano de fundo para o desenvolvimento.

Entendemos que o desenvolvimento segue uma sequencia lógica, partindo do desenvolvimento de cada individuo, que será refletido no desenvolvimento da localidade, posteriormente na região, na nação e no globo como um todo. Essa sequencia lógica, onde os subsistemas sociais (ex. saúde, educação, cultura, trabalho, infraestrutura) formam as condições necessárias para o desenvolvimento do Capital Social, nos mostra que as abordagens investigativas propostas pelas teorias sistêmicas, podem contribuir em muito para o entendimento, como nas resolução dos constantes desafios sociais.

Conforme exposto, em certa medida podemos perceber a violência social sendo uma como consequência dos constantes desequilíbrios nestes mesmos subsistemas da sociedade e, encontrar uma maneira para equilibrar as condições sociais podem ajudar a promover, cada vez mais, condições de Desenvolvimento que possam realmente melhorar as condições e a qualidade de vida da população.

Referências

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco; Poética; Seleção de textos* de José Américo Motta Pesanha. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores)

BACHUR, João Paulo. *As portas do labirinto: para uma recepção crítica da teoria social* de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, Dinizar F., WITTMANN, Milton L. *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares* (2 ed.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006.



- HIGGINS, Silvio Salej. Fundamentos teóricos do capital social. Chapecó: Argos, 2005.
- LUHMANN, Niklas. Observations on modernity. Translated by William Whobrey. California: Stanford University Press, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1): 07-18, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília S.; SOUZA, Edinilsa R. Violência para todos. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 9 (1): 65-78, jan/mar 1993.
- MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MUGGAH, Robert. Researching the Urban Dilemma: Urbanization, Poverty and Violence. Canada: IDRC, 2012. Disponível em: <http://www.idrc.ca/EN/PublishingImages/Researching-the-Urban-Dilemma-Baseline-study.pdf>
- NEVES, C. E. B., & Neves, F. M. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. Sociologias (15), jan/jun, 2006. p. 182-207.
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Com Robert Leonard e Raffaella Y. Nanetti. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- RAADT, J. D. R., RAADT V. D. From Multi-Modal Systems Thinking to Community Development. Melbourne Centre for Community Development. Austrália, 2014.
- SEN, Amartya. Sobre ética e economia. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.
- SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução de Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TURECKI, Gustavo. O suicídio e sua relação com o comportamento impulsivo-agressivo. Revista Brasileira de Psiquiatria; Genética. vol. 21. outubro de 1999.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). World Report on Violence and Health. Edited by Etienne G, Krug et al. 2002. Disponível em: www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf?ua=1.